

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada na realização de EXAMES DE COLONOSCOPIA COM MUCOSECTOMIA, para a doação aos pacientes inscritos no departamento de Assistência Social do Fundo Municipal de Saúde, de acordo com os critérios estabelecidos neste Termo de Referência.

ITEM	DESCRIPTIVO	QTD.
1	COLONOSCOPIA + MUCOSECTOMIA.	2

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A colonoscopia com mucosectomia é um exame que combina a colonoscopia com um procedimento de remoção de lesões no intestino, chamado mucosectomia. A colonoscopia é um exame que permite estudar o cólon e o reto, diagnosticando e tratando doenças que afetam a parte final do intestino. A mucosectomia é um procedimento endoscópico que remove lesões nas camadas mais superficiais do tubo digestivo, como a mucosa e parte da submucosa. A mucosectomia é um procedimento minimamente invasivo, seguro e vantajoso em comparação a uma cirurgia convencional. É especialmente indicada para lesões até 15-20 mm, permitindo a remoção completa em um único fragmento.

2.2. A mucosectomia é geralmente realizada sob sedação, garantindo conforto ao paciente. Algumas pessoas podem sentir desconforto leve após o procedimento, mas isso é temporário, para se preparar para a mucosectomia, é necessário suspender o uso de medicações antiagregantes e anticoagulantes por sete dias, com o consentimento do médico.

2.3. Os pacientes se encontram com diagnóstico de pólipos intestinais CID K63 e K63.5, com necessidade de realização de colonoscopia com mucosectomia para ressecção de lesão, as biopsias anteriores indicam um adenoma nodular com displasia de baixa grau e apresenta propensão para adenocarcinoma que é um tumor maligno (câncer) que pode acometer vários segmentos do trato digestivo, incluindo o intestino grosso (cólon). Ele costuma surgir como um pequeno pólipo (adenoma - tumor benigno semelhante a verruga), que em cerca de 10 anos cresce de tamanho e evolui para o adenocarcinoma.

2.4. Considerando as Resoluções do Conselho Municipal de Saúde nº 069 e 066 /2024, O Fundo Municipal de Saúde por meio do Departamento de Assistência Social da Secretária Municipal de


FERNANDA ANDRÉ FARIAS
Matrícula 1755

Saúde em cumprimento a Lei Municipal nº 1939/2021 Art.3º que “*Instituiu o Programa Nerópolis Mais Saúde e das Outras Providencias*” e após avaliação socioeconômica através da ficha social assinada pela Assistente Social Responsável decide pela doação dos EXAMES DE COLONOSCOPIA COM MUCOSECTOMIA aos pacientes.

3.DAS CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

3.1.A contratada deverá realizar a execução dos serviços no prazo máximo de até 10 (dias) dias após o recebimento formal da Ordem de Serviço a ser expedida pela Secretaria Municipal de Saúde.

3.2. Havendo qualquer motivo que impossibilite a prestação do serviço, a empresa contratada deverá justificadamente informar a contratante no prazo máximo de até 24(vinte e quatro) horas, informando ainda os motivos que deram causa ao não prestação do serviço com as devidas comprovações;

3.3. Após iniciado os trabalhos a contratada deverá executar os serviços dentro do prazo estabelecido em contrato.

3.4. O recebimento do serviço será de inteira responsabilidade da Secretaria Municipal Saúde.

3.4.1. Em caso de recusa do recebimento, o Fiscal deverá elaborar Relatório informando os motivos que levaram para o não recebimento dos serviços, sendo que nesse caso a contratada deverá ser notificada para que refaça os serviços, sem ônus para a Administração Pública;

4. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 As Notas Fiscais deverão ser emitidas em nome do contratante.

4.2. As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas das certidões negativas que:

4.2.1. Comprovante de regularidade perante a Fazenda Pública Federal;

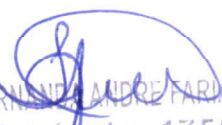
4.2.2. Comprovante de regularidade perante a Fazenda Pública Estadual;

4.2.3. Comprovante de regularidade municipal da empresa contratada;

4.2.4.Comprovante de regularidade Fundo de Garantia do Tempo de serviço (FGTS);

4.2.5. Comprovante de regularidade perante a Justiça do Trabalho (CNDT).

4.3.O pagamento será efetuado pela contratante no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da data do recebimento definitivo pela Secretaria Municipal de saúde, e será feito mediante Ordem Bancária para crédito nas contas correntes das empresas contratadas, no domicílio bancário por ela expressamente informado.


FERNANDA ANDREARIAS
Matrícula 1755

5. RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

5.1.A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do fornecimento e, ainda:

5.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12,13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

5.3. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede o início da prestação dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Acompanhar e fiscalizar a execução da contratação e aquisição, formalizada por meio de Nota de Empenho, bem como atestar na Nota Fiscal/Fatura, a efetiva prestação dos serviços;

6.2. Efetuar os pagamentos por meio de ordem bancária, até o 30º (trigésimo) dia após a data da efetiva prestação do serviço, observando-se, antes do pagamento, a atestação da Nota Fiscal, e demais exigências da legislação vigente;

6.3. Devolver, com a devida justificativa, os objetos entregues fora das especificações;

6.4. Propiciar à Contratada todas as facilidades de acesso aos locais onde serão entregues os produtos;

7. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

7.1. O embasamento legal da presente contratação direta, é por dispensa de licitação, fundamentada no artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21, de 1º de abril de 2021, alterada pelo Decreto federal nº 11.871, de 29 de dezembro de 2023, que diz ser dispensável a licitação para contratação que envolva valores a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos) "para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais) em caso de outros serviços e compras.

8. DO PREÇO


FERNANDO ANDRÉ FARIAS
Matrícula 1755

8.1. O preço estimado para a referida prestação dos serviços e aquisição não poderá ultrapassar os valores permitidos pelo Art. 75, incida Lei 14.133/21, alterada pelo Decreto Federal nº 11.871/2023;

8.2. Os serviços deverão ser realizados junto a empresa do ramo, objeto desta contratação;

8.3. O preço deverá ser cotado considerando-se quaisquer valores gastos ou despesas, seguro, transportes, tributos e ainda todas as despesas que diretamente ou indiretamente incidirem na execução dos serviços.

9. DAS SANÇÕES

9.1. Pela inexecução total ou parcial do fornecimento a Administração poderá, garantida a defesa prévia, aplicar ao contratado, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades previstas nos artigos 155 e 156 da Lei 14.133/2021:

9.1.1. Advertência;

9.1.2. Multa;

9.1.3. Impedimento de licitar e contratar;

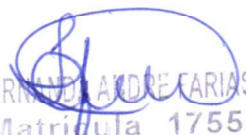
9.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

9.2. A sanção prevista no inciso I, do caput do art. 156, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I, do caput do art. 155, desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

9.3. A sanção prevista no inciso II, do caput do art. 156, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei.

9.4. A sanção prevista no inciso II, do caput do art. 156, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput, do art. 155, da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3(três) anos;

9.5. A sanção prevista no inciso IV, do caput do art. 156, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021,


FERNANDO ANDREARIAS
Matrícula 1755

bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do art. 156, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

9.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput. do art. 156, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II, do caput do mesmo artigo.

9.7. Na aplicação da sanção prevista no inciso II, do caput do art. 156, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10. DA FISCALIZAÇÃO

10.1. A fiscalização da execução dos serviços e da aquisição será exercida por servidor designado através do Decreto ou Portaria ao qual competirá dirimir dúvidas e registrar ocorrências que surgirem no curso da execução do serviço de tudo dará ciência à Administração, com o auxílio da Secretaria Municipal de Saúde.

11. DEMOSTRATIVO DE VALORES E DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO PRESTADOR

11.1. A pesquisa de valores foi realizada junto a três empresas do ramo, afim de verificar os valores praticados pelas mesmas, justifica-se a escolha dos fornecedores por ser empresas conhecidas, e por ter toda documentação exigida, na ocasião verificou a possibilidade de contratação via dispensa de licitação, considerando os termos do art. 75, inciso II da Lei Federal 14.133/2021, visto que após a pesquisa de preços verificou que as empresas apresentam valores compatíveis com a dispensa.

11.2. Considerando a necessidade de conter no Termo de Referência o critério de seleção do prestador, nos termos do art. 6º, inc. XXIII, I, da Lei Federal nº 14.133/2021, tendo como referência o Art. 33, inc. I do mesmo diploma legal.

TERMO DE REFERÊNCIA ELABORADO POR:


Fernanda André Farias

Departamento de Compras FMS.
Nerópolis GO.